



Superior Tribunal
Militar

SIMULADO ESPECIAL

STM

Técnico Judiciário – Área Administrativa
Agente da Polícia Judicial - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial STM (TJAA - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Área Administrativo - Agente da Polícia Judicial do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/onDjFZDKXZWWzinC9>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO I**

O ranking global de capacidades militares, divulgado anualmente pelo GlobalFirePower (GFP), revelou as nações com as maiores forças armadas do planeta em 2025.

O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis, proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país.

Não obstante, ele deve ser **considerado com cautela** porque não considera alianças como a OTAN ou fatores como estabilidade política de cada nação.

Os Estados Unidos lideram novamente o ranking, consolidando sua posição como a maior potência militar do mundo. Na segunda colocação aparece a Rússia, enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos.

O ranking também destaca a presença de potências emergentes, como Índia, que ocupa o quarto lugar, e Turquia, em nono. Entre as nações ocidentais, o Reino Unido, a França e a Itália aparecem como as principais forças militares europeias.

São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025, de acordo com o índice GFP: Estados Unidos; Rússia; China; Índia; Coreia do Sul; Reino Unido; França; Japão; Turquia; Itália.

O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina, com capacidades militares superiores às de seus vizinhos, mas ainda distante das dez primeiras colocadas no cenário global.

<https://revistaforum.com.br/global/2025/1/9/estas-so-as-10-maiores-potncias-militares-do-mundo-em-2025-segundo-indice-gfp-172244.html>

Sobre as ideias e estruturas do texto acima, julgue os itens a seguir.

1. Infere-se do texto que a posição de um país no ranking do GlobalFirePower (GFP) depende exclusivamente do tamanho de suas forças militares.
2. Depreende-se que o ranking do GFP decorre de uma análise complexa, que não pondera alianças militares.
3. Conclui-se que os Estados Unidos mantêm sua liderança no ranking devido à sua crescente expansão militar nos últimos anos.
4. De acordo com o texto, o Brasil é a maior potência militar da América Latina, mas ainda está longe das dez maiores do mundo.
5. O texto sugere que o hemisfério sul está defasado em termos de poderio militar, uma vez que as dez maiores potências militares mencionadas no texto pertencem ao hemisfério norte.
6. Do segmento “Os Estados Unidos lideram novamente o ranking” infere-se que os EUA lideraram a lista em todos os ranqueamentos anteriores.
7. No trecho 'São estas as 10 maiores potências militares do mundo em 2025', a inversão para 'As 10 maiores potências militares do mundo em 2025 são estas' mantém a correção gramatical e o sentido do texto.
8. O uso de “estas” (6º parágrafo) é um recurso coesivo anafórico.

9. No trecho 'Enquanto a China ocupa o terceiro lugar, refletindo sua contínua expansão militar nos últimos anos' (4º parágrafo), a vírgula é obrigatória.
10. No trecho 'O Brasil, que ocupa a 11ª posição, segue como destaque do nosso continente América Latina', a oração subordinada tem valor explicativo.
11. Sem prejuízo à coerência, o trecho 'O índice avalia mais de 60 fatores, incluindo o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis' poderia ser corretamente reescrito como 'O índice avalia mais de 60 fatores, como, por exemplo, o tamanho das forças militares, poderio tecnológico, orçamento de defesa e recursos naturais disponíveis', sem prejuízo do sentido original.
12. No trecho 'proporcionando uma visão abrangente do potencial militar de cada país', o termo 'proporcionando' introduz uma circunstância causal.
13. Sem prejuízo aos sentidos do texto, a expressão "não obstante" (3º parágrafo) poderia ser substituída por "conquanto".
14. Manteria a correção gramatical e a coerência do texto a inserção de "o qual é" antes de "divulgado" (1º parágrafo).
15. A flexão da forma verbal "lideram" (4º parágrafo) é facultativa, tendo em vista que o sujeito é "Os Estados Unidos".

TEXTO II

Pesados passos retumbam na face da terra anunciando a tenebrosa aproximação da Terceira Guerra Mundial. Já se escutam os redobres dos gastados couros de tambores de guerra que arrepiam a Europa. Detrás dos muros dos seus quartéis, se escutam acelerados passos

de coturnos nervosos indo e vindo e os gritos dos suboficiais mandando e desmandando. Estão se alistando para o que se prepararam a vida toda, mas que imaginavam improvável. Os olhos desorbitados de recrutas resignados parecem descrever seu imaginado trágico destino. Não se declama, nem se escreve, mas o murmúlio é ensurdecedor: "Aí vêm os russos! Aí vêm os russos!". A Terceira Guerra Mundial foi representada de forma indelével no futuro imaginado da sociedade europeia, mas sem que ela tivesse clara consciência das suas consequências.

Os militares, sabidos que são do preço existencial de uma guerra, afiam seus sabres num silêncio sepulcral. Diferentemente deles, e estimulados pelo lucro das empresas de armamento, são os políticos, desde as tribunas dos holofotes, quem vociferam aos quatro ventos "Guerra! Guerra!", porque no melhor dos casos ganham sua reeleição antes da guerra que talvez nem aconteça, e no pior dos casos perdem a eleição, mas terão onde raspar para manter sua vida parasitária. Tudo é oportunidade para eles, que não veem diferença entre a guerra real e os combates de videogame; entre o cheiro ácido de urina, fezes, sangue e medo e o ambiente perfumado dos seus escritórios. Os acadêmicos, oh! os acadêmicos... Muitos acadêmicos, pensando exclusivamente nas suas carreiras, se deixam levar pela sua fragilidade moral que os aproxima dos vozeiros oficiais que anunciam a fácil derrota do inimigo, sabendo por dever de ofício que na guerra não existe derrota fácil. Sua covardia intelectual os convence a aceitar a superficialidade manipulada dos acontecimentos para ganhar seus segundos de fama televisiva e, quiçá, um futuro contrato. Para os meios de comunicação o negócio não é a informação, mas a notícia. Entre uma verdade gratuita e uma dúvida rentosa não vacilam: noticia-se a dúvida como certeza inquestionável (haverá tempo para a desculpa se alguém reclamar).

Ante o ineludível futuro de um confronto mundial de consequências impensáveis, só resta preparar corações e mentes para enfrentar com inteireza e desprendimento (para justificar os gastos de uma guerra desnecessária) o drama final não buscado nem provocado, mas inescapável. O cenário está pronto para o último ato da obra começada na Segunda Guerra Mundial: a profecia autorrealizada.

Sobre os elementos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

16. De acordo com o texto, em contraste com os militares, que têm plena consciência do peso existencial e humano da guerra e se preparam em silêncio resignado, surgem os políticos, retratados de maneira crítica como figuras oportunistas e insensíveis.

17. No segundo período do primeiro parágrafo, manteria a correção gramatical e os sentidos do texto o deslocamento da partícula “se” para imediatamente após o verbo: **escutam-se**.

18. Segundo o autor, os políticos mencionados no texto promovem discursos inflamados, incentivando o conflito por interesse próprio, seja pela possibilidade de reeleição ou por ganhos pessoais derivados do caos. Para eles, a guerra não passa de um jogo lucrativo, distante da realidade dura e suja dos campos de batalha, uma realidade da qual sequer participam diretamente, protegidos pelo conforto e segurança de seus escritórios.

19. Os meios de comunicação surgem como outra força problemática dentro desse cenário pré-guerra, retratados como empresas interessadas mais na lucratividade e audiência do que no compromisso com a verdade e com a informação responsável. Eles preferem propagar dúvidas lucrativas como certezas absolutas.

20. No segmento “haverá tempo para a desculpa”, o verbo está flexionado no singular para concordar com “tempo”, seu sujeito.

LEI N° 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES

Tiago Zanolla

21. Os Ministros civis do STM são escolhidos pelo Presidente da República, sendo três dentre advogados de notório saber jurídico e conduta ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, e dois dentre juízes federais e membros do Ministério Público Militar.

22. Cada Auditoria da Justiça Militar é composta por um juiz federal da Justiça Militar, um juiz federal substituto da Justiça Militar, um diretor de Secretaria, dois oficiais de justiça avaliadores e demais auxiliares, conforme previsto pelo Superior Tribunal Militar.

23. Na vigência do estado de guerra, a Justiça Militar atua por meio dos Conselhos Superiores de Justiça Militar.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO O REGIMENTO DO STM, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

24. O Conselho de Administração será composto pelo Presidente do Tribunal, pelo Vice-Presidente e por mais três Ministros, escolhidos obrigatoriamente entre os mais antigos, sendo sempre um civil e dois militares.

25. Nos casos de conflito positivo de competência, o relator, ao receber os autos, sempre determinará o sobrestamento do feito, independentemente de sua fundamentação.

26. Caso haja desistência ou abandono do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, o Ministério Público Militar deverá assumir sua titularidade obrigatoriamente.

27. A Correição Parcial pode ser utilizada para corrigir arquivamento irregular decidido na primeira instância, em inquérito ou processo, nos casos de erro de procedimento.
28. A inclusão, alteração ou cancelamento de enunciados na Súmula do Superior Tribunal Militar pode ser feita por qualquer órgão do Tribunal.
29. Somente pelo voto de dois terços de seus membros poderá o Tribunal declarar, incidentalmente, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
30. Poderá haver sustentação oral no julgamento de Embargos de Declaração, mas não no de Arguição de Suspeição e/ou Impedimento.
31. A eleição do Presidente do STM ocorre por escrutínio secreto e exige a presença de dois terços dos membros do Tribunal.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Herbert Almeida

Carlos, servidor público federal, decidiu ter um filho por meio de fertilização *in vitro* e barriga de aluguel. A criança nasceu sem que houvesse uma mãe registral, tornando Carlos pai solo, sem a presença materna na família. Após o nascimento, Carlos solicitou licença-maternidade, e não paternidade, argumentando que, por ser o único responsável pela criança, deveria ter o mesmo período de afastamento que seria concedido a uma mãe. No entanto, a administração pública indeferiu o pedido, concedendo apenas o prazo previsto para o genitor na legislação. Com base nas disposições

da Lei nº 8.112/90 e na jurisprudência aplicável, julgue os itens a seguir:

32. O servidor público pai solo tem direito à licença-maternidade, mesmo sem previsão legal expressa, pois a concessão desse benefício deve respeitar os princípios da isonomia e da proteção integral à criança.
33. A licença maternidade e a licença à adotante, na esfera federal, devem ser concedidas em prazos distintos, considerando que os cuidados da maternidade biológica exigem mais tempo de acompanhamento do que na adoção, especialmente quando a criança adotada possuir mais de um ano de idade.

Com base nas disposições da Lei nº 8.112/1990 acerca do processo administrativo disciplinar, julgue os itens a seguir.

34. Uma possível consequência da sindicância será a aplicação das penalidades de advertência ou de suspensão por até noventa dias.
35. A instauração do processo administrativo disciplinar pode ter como base uma denúncia anônima, desde que haja investigação preliminar que comprove indícios de materialidade dos fatos relatados.

Acerca do processo administrativo no âmbito da administração pública federal, com base nas disposições da Lei nº 9.784/1999, julgue os itens a seguir.

36. O agente público poderá renunciar da sua competência administrativa, desde que haja interesse público envolvido devidamente justificado.

37. A delegação de competência pode ocorrer mesmo entre órgãos que não possuam relação hierárquica, desde que haja justificativa baseada em razões técnicas, sociais, econômicas, jurídicas ou territoriais.

38. A autoridade superior pode avocar competências de um órgão inferior, independentemente de justificativa expressa.

Nos termos das disposições da Lei nº 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, julgue o item a seguir.

39. É requisito de escolaridade exido pela legislação para ingresso no cargo de Técnico Judiciário o curso de ensino superior completo.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO N. 351-2020, JULGUE OS ITENS A SEGUIR:

40. O assédio moral no ambiente de trabalho ocorre somente quando há intenção direta de prejudicar a vítima, sendo caracterizado pela prática de condutas abusivas com esse objetivo.

41. As ações de acolhimento e acompanhamento serão pautadas pela lógica do cuidado para pessoas expostas a riscos psicossociais da organização de trabalho e, portanto, terão o mesmo de procedimentos de natureza disciplinar.

42. A possibilidade de sugerir a realocação de servidores(as) afetados(as) por assédio ou discriminação é uma medida prevista para garantir um ambiente de trabalho seguro e saudável.

43. Por ser uma infração disciplinar de natureza grave, o assédio sexual pode resultar em sanções administrativas e, dependendo do caso, também em sanções penais.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

Ricardo Torques

44. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) será instituído por ato do Presidente do órgão do Poder Judiciário e publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão

45. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

A unidade de sustentabilidade deve ter caráter permanente para assessorar o planejamento, a implementação, o monitoramento de metas anuais e a avaliação de indicadores de desempenho para o cumprimento desta Resolução

46. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

As ações culturalmente equânimes têm como objetivo respeitar a variedade e a convivência entre ideias, características, gêneros e regionalismos no ambiente de trabalho.

47. Considerando a Resolução nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, julgue os itens a seguir.

Em relação às contratações sustentáveis, exige-se a adoção de instrumentos próprios, não podendo ser adotados guias já publicadas por outros órgãos públicos.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Pereira

48. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

A responsabilidade pelo ato de improbidade atribuído a uma pessoa jurídica recai apenas sobre o sócio que tenha participado do ato e obtido benefício.

49. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92, julgue o item a seguir.

O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso ou culposo com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

50. Analise a seguinte afirmativa sobre ética, moral, princípios, valores e função pública.

A ética contribui para o fortalecimento do exercício da cidadania em uma democracia, favorecendo o respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivo Martins

51. De acordo com o entendimento doutrinário majoritário a respeito da aplicação da lei temporária, julgue o item a seguir.

As circunstâncias de prazo fixadas na lei são elementos temporais do fato típico, por isso a

norma estabelecida possui o caráter de ultratividade.

52. Tendo como referência a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, julgue o item a seguir, acerca de crimes, penas, imputabilidade penal, aplicação da lei penal e institutos.

Tratando-se de crimes permanentes, aplica-se a lei penal mais grave se esta tiver vigência antes da cessação da permanência.

53. Julgue o item seguinte, relativos à aplicação da lei penal brasileira, à classificação dos crimes, aos conceitos de tentativa e de concurso de pessoas e à prescrição no direito penal.

Caso um funcionário público a serviço do Brasil no exterior seja condenado no estrangeiro por crime contra a administração pública brasileira, ele não poderá ser punido pelo mesmo fato perante a justiça brasileira.

54. Acerca eficácia da sentença estrangeira, julgue o item seguinte.

A homologação de sentença estrangeira no Brasil, nos casos em que a aplicação da lei brasileira produza na espécie as mesmas consequências, independe de pedido da parte interessada, a fim de obrigar o condenado a reparar o dano.

55. No que se refere aos crimes contra a honra, julgue o item seguinte.

Nos crimes contra a honra, a retratação do ofensor somente é possível nos crimes de calúnia e difamação.

56. André, casado com Beatriz, dela subtraiu para si um veículo, vendendo-o posteriormente.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, referente aos crimes contra o patrimônio.

O crime foi de furto, porque houve subtração para si de bem móvel pertencente a outrem.

57. Acerca dos crimes contra a administração pública e a fé pública, julgue os itens seguintes.

Suponha que um funcionário público, sem ter a posse direta de bem móvel sob o poder da administração, concorreu para que tal bem fosse subtraído em proveito de terceiro, valendo-se da facilidade que o cargo público lhe oferecia. Nesse caso, o funcionário público praticou o crime de peculato.

58. Com base nas disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca de provas, julgue o seguinte item.

Se a infração penal deixar vestígios, a confissão do acusado torna dispensável a confecção de exame de corpo de delito.

59. Em face das inovações legislativas relativas à cadeia de custódia da prova no Código Processual Penal brasileiro, julgue o item a seguir.

A cadeia de custódia diz respeito somente aos vestígios coletados em locais de crime, não se estendendo àqueles referentes aos vestígios provenientes dos exames periciais extrínsecos e intrínsecos.

60. No que concerne à prisão em flagrante, julgue o item a seguir.

Configura-se o flagrante fabricado ou forjado na situação em que o sujeito passivo é induzido ou instigado por outro a cometer a prática delituosa. Nessa situação, sendo impossível a consumação do delito, a prisão é inválida ou ilegal.

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

Julgue os itens abaixo com base na Segurança de Dignitários, Análise de Risco e no Planejamento de Contingência.

61. Na segurança de dignitários, a técnica de "formação em diamante" é mais eficaz em ambientes fechados do que em espaços abertos.

62. O modus operandi de um agressor potencial nunca deve ser considerado no planejamento de segurança de um dignitário, pois cada situação é única.

63. Na análise de riscos para segurança de dignitários, as ameaças potenciais são sempre mais importantes de serem avaliadas do que as vulnerabilidades existentes.

64. O método de análise de riscos conhecido como "Matriz de Probabilidade e Impacto" não é aplicável à segurança de dignitários.

65. Em um planejamento de contingências para segurança de dignitários, o componente "comunicação" é considerado opcional.

66. A tática de "varredura prévia" em um local onde um dignitário irá comparecer só é necessária se houver uma ameaça específica conhecida.

67. No manejo de emergências envolvendo dignitários, a prioridade máxima é sempre preservar a imagem pública do protegido.

68. A análise de riscos para segurança de dignitários deve considerar apenas ameaças de natureza física, excluindo riscos cibernéticos ou de reputação.

69. O planejamento de rotas alternativas é um componente dispensável no planejamento de contingências para segurança de dignitários.
70. Na segurança de dignitários, a técnica de "contravigilância" só deve ser empregada após a detecção de uma ameaça concreta.
71. Na operacionalização da segurança de dignitários, a prática de variar horários e rotas é considerada desnecessária se houver uma escolta armada.
72. A análise de riscos para segurança de dignitários deve ser realizada uma única vez e permanecer inalterada durante todo o período de proteção.
73. No planejamento de contingências, a simulação de cenários é uma prática desnecessária, pois cada situação de crise é única e imprevisível.
74. A técnica de "evacuação silenciosa" em segurança de dignitários envolve sempre o uso de sirenes e alarmes para garantir uma saída rápida.
75. Na operacionalização da segurança de dignitários, a formação da equipe deve priorizar apenas agentes com experiência em combate físico.
76. O modus operandi de potenciais agressores em ataques a dignitários nunca inclui táticas de engenharia social.
77. Na análise de riscos, o conceito de "risco aceitável" não se aplica à segurança de dignitários, pois qualquer risco é inaceitável.
78. Os procedimentos emergenciais em segurança de dignitários devem ser padronizados e inflexíveis para garantir uma resposta consistente em todas as situações.
79. O uso de tecnologia de reconhecimento facial em segurança de dignitários é sempre 100% confiável e deve ser a única forma de identificação em eventos de alto risco.
80. No planejamento de contingências para segurança de dignitários, a definição de um único ponto de encontro para todas as situações de emergência é considerada uma boa prática.
81. A análise de vulnerabilidades em um local onde um dignitário irá se apresentar deve focar exclusivamente nos aspectos físicos do ambiente, ignorando fatores humanos.
82. Na segurança de dignitários, o uso de veículos blindados elimina completamente a necessidade de planejamento de rotas alternativas.
83. O método de análise de riscos conhecido como "Árvore de Falhas" não tem aplicabilidade na segurança de dignitários.
84. Em um plano de contingência para segurança de dignitários, a definição de funções e responsabilidades deve ser mantida flexível e não especificada para permitir adaptabilidade.
85. O conceito de "segurança em camadas" não se aplica à proteção de dignitários, pois uma única camada robusta de segurança é suficiente.

SEGURANÇA ORGÂNICA*Alexandre Herculano*

Julgue os itens abaixo com base na Segurança Orgânica.

- 86.** A segurança orgânica engloba apenas medidas físicas de proteção, excluindo procedimentos e políticas organizacionais.
- 87.** Na análise de riscos em segurança corporativa, a probabilidade de ocorrência de um evento adverso é mais importante que seu potencial impacto.
- 88.** O planejamento de contingências em segurança orgânica deve considerar apenas cenários de alta probabilidade de ocorrência.
- 89.** A segurança corporativa estratégica deve estar alinhada com os objetivos de negócio da organização.
- 90.** No gerenciamento de crises, a comunicação com stakeholders externos é menos importante que a resolução técnica do problema.
- 91.** Sistemas de controle de acesso biométricos são infalíveis e não requerem medidas de segurança complementares.
- 92.** A identificação de vulnerabilidades em segurança orgânica deve ser um processo contínuo e não apenas uma atividade pontual.
- 93.** O uso de CFTV (Circuito Fechado de Televisão) elimina completamente a necessidade de vigilância humana em áreas críticas.
- 94.** No planejamento de segurança, o princípio da modularidade implica que cada módulo do plano

deve ser completamente independente dos demais, sem qualquer interligação.

- 95.** O princípio da necessidade de conhecer (need-to-know) é aplicável apenas em organizações militares e governamentais, não em empresas privadas.

Julgue os itens abaixo com base no Planejamento de Contingência e na Análise de Risco.

- 96.** Em um plano de contingência, os procedimentos de evacuação devem ser idênticos para todos os tipos de emergências.
- 97.** A análise de riscos em segurança orgânica deve considerar apenas ameaças externas à organização.

Julgue os itens abaixo com base na Segurança Institucional, no Planejamento de Segurança e na Análise de Risco.

- 98.** O uso de barreiras físicas de alta tecnologia torna desnecessária a implementação de políticas e procedimentos de segurança.
- 99.** A segurança corporativa estratégica deve priorizar a prevenção de incidentes sobre a capacidade de resposta a eventos.
- 100.** O princípio da proporcionalidade na segurança orgânica implica que todas as áreas de uma instalação devem receber o mesmo nível de proteção.
- 101.** Em um sistema de controle de acesso, a autenticação multifator sempre envolve o uso de biometria.
- 102.** O conceito de segurança em profundidade (defense in depth) é aplicável apenas em instalações militares de alta segurança.

103. Na gestão de áreas e instalações, a compartimentação é um princípio que visa isolar completamente diferentes setores, impedindo qualquer tipo de comunicação entre eles.

104. O planejamento de contingências em segurança orgânica deve focar exclusivamente em eventos de grande escala, ignorando incidentes menores e mais frequentes.

105. Na análise de vulnerabilidades em segurança orgânica, a avaliação de ameaças internas é menos importante que a de ameaças externas.

Julgue os itens abaixo com base na Segurança de Áreas e Instalações; e no Planejamento de Segurança.

106. No planejamento de segurança, a modularidade refere-se à capacidade de dividir o plano em partes independentes, mas interconectadas.

107. O faseamento no planejamento de segurança implica que todas as fases devem ser executadas simultaneamente para maior eficácia.

108. Sensores de movimento infravermelhos são ineficazes em ambientes com grandes variações de temperatura.

109. Sistemas de CFTV analógicos sempre oferecem melhor qualidade de imagem que sistemas digitais.

110. Na linguagem de inteligência, "conhecimento" e "informação" são termos intercambiáveis.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

Antônio Pequeno

Acerca dos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei nº 13.869/2019, julgue o item

111. São penas restritivas de direito a prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública pelo período de um mês a seis meses com perda de vencimentos e vantagens.

Sobre os crimes de racismo previstos na Lei nº 7.716/1989, julgue item abaixo

112. O crime de injúria-racial praticado mediante o concurso de pessoas é uma causa de aumento de pena e não uma qualificadora.

113. O Sistema Nacional de Armas – Sinarm, instituído no Ministério da Defesa, no âmbito da Polícia Federal, tem circunscrição em todo o território nacional.

114. Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), o presidente do tribunal ou o chefe do Ministério Público designará os servidores de seus quadros pessoais no exercício de funções de segurança que poderão portar arma de fogo, respeitado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do número de servidores que exerçam funções de segurança.

115. De acordo com a Lei nº 10741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) é obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis

116. A homologação da transação penal prevista no artigo 76 da Lei 9.099/1995 faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

De acordo com a Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (apresentação e uso de documento de identificação pessoal), julgue o item abaixo:

117. Quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 5 (cinco) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.

118. De acordo com a Resolução CNJ nº 383/2021, entende-se atividade de inteligência como o exercício permanente e sistemático de ações especializadas para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais aos ativos do Poder Judiciário, orientadas para a produção e salvaguarda de conhecimentos necessários ao processo decisório no âmbito da segurança institucional.

119. De acordo com a Resolução CNJ 435/2021, no âmbito do SINASPJ, ao comitê gestor cabe, entre outras medidas, propor à presidência do CNJ a assinatura de instrumentos de cooperação técnica com órgãos de estado e outras instituições de segurança e inteligência.

120. De acordo com a Resolução CNJ 566/2024, que altera a Resolução CNJ nº 467/2022, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto nos arts. 6º, inciso XI, e 7º- A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012, julgue o item abaixo:

Compete à unidade de Polícia Judicial dos tribunais a que o servidor estiver vinculado adotar as providências necessárias à obtenção da documentação exigida para a capacitação técnica e para a aptidão psicológica dos policiais judiciais dos respectivos quadros, assim definidas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
